

Orgia estadual

Os dados são do Banco Central: dos R\$ 14 bilhões referentes ao déficit público acumulado até agosto deste ano, nada menos que R\$ 10,9 bilhões — mais de dois terços — são dívidas dos estados.

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Alkimar Moura, não hesita em afirmar: “O grande problema fiscal do país não é da União, mas dos estados”.

Trocando em miúdos, pode-se afirmar que as reformas estruturais em curso, promovidas pelo governo federal, bem como os sacrifícios que impõem, resultarão em pouca coisa, se a orgia de gastos estaduais não for contida e não houver ajustes drásticos na estrutura administrativa de governos e prefeituras.

Se apenas a União promover o enxugamento de sua máquina, as contas públicas do país continuarão furadas. É como tentar enxugar o chão com a torneira aberta. Não se trata apenas de um colossal esforço contábil para ordenar gastos. Trata-se de ir mais longe, de mudar mentalidades, transformar culturas e práticas.

A idéia de que o erário não tem dono — e é um poço sem fundo — está na base de anomalias como esta, recentemente denunciada na Paraíba: deputados estaduais que se aposentam após quatro anos de mandato, com vencimentos integrais. Basta que antes te-

nam exercido a função de vereador ou prefeito. Em tese, o erário paraibano pode estar aposentando alguém aos 26 anos, com vencimentos de marajá.

Não é uma anomalia solitária. A folha de pessoal do governo do Rio Grande do Sul compromete 81% da receita arrecadada pelo Estado. No Piauí, essa mesma folha vai além dos 100%.

O resultado é o endividamento crônico e progressivo, que responde pelo desequilíbrio das contas oficiais e pela constante queda de qualidade dos serviços públicos. O contribuinte, que cada vez é obrigado a desembolsar mais recursos para pagar novos tributos, é o grande prejudicado. Paga mais por serviços sempre piores.

O preço da orgia estadual recai de modo mais perverso sobre as classes menos abastadas, que dependem visceralmente dos serviços públicos. Não havendo o ajuste, que é doloroso, mas indispensável, tem-se a proliferação de tributos tapa-buracos.

Uma hora é o IPMF, que depois se transforma em socorro para a área de saúde. Outra hora é o Fundo Social de Emergência, que, como o extinto Finsocial, surge para durar um ano e depois precisa ser prorrogado por quatro anos. Chegou-se ao limite da improvisação: ou o Estado se ajusta de vez ou definitivamente se inviabiliza.